

## Senadores analisam demarcação de reservas

A decisão de uma desembargadora federal de que a demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol deverá respeitar propriedades produtivas, além de cidades e vilas existentes, foi apontada pelo senador Romero Jucá como novo estímulo na busca de solução negociada da questão. O problema das terras indígenas foi debatido, também, pelos senadores Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp e Augusto Botelho. Raupp pede medida provisória para regulamentar garimpo em terras indígenas.

Página 6

## Comissão debate a reforma universitária

A reforma universitária será discutida em audiência pública na Comissão de Educação do Senado, amanhã, a partir das 10h. O debate – o segundo de uma série de discussões sobre a situação do ensino superior no país – foi proposto em requerimento conjunto dos senadores Osmar Dias, presidente da comissão, e Arthur Virgílio. Foram convidadas autoridades do Ministério da Educação e representantes de instituições públicas e privadas de ensino superior.

Página 3

**DIAGNÓSTICO** Problemas de universidades públicas, como a UnB, estarão em pauta na Comissão de Educação



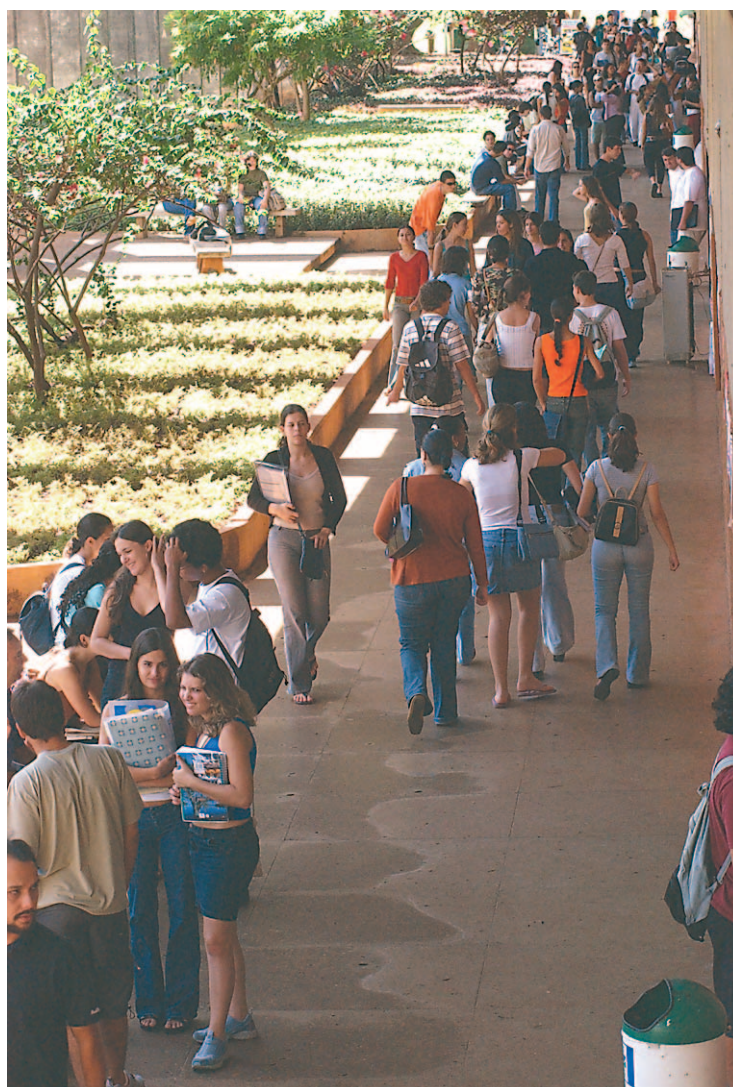
**VOTAÇÕES** O Plenário do Senado deve examinar oito medidas provisórias, esta semana, antes de deliberar sobre qualquer outra matéria

### PAUTA TRANCADA

## MP da Previdência depende de esclarecimento da Câmara

Dúvidas do relator Tião Viana sobre artigos que tratam de fundos de pensão levam presidente do Senado a solicitar informações ao presidente da Câmara. Oito medidas paralisam a pauta de votações no Plenário.

Página 3



Waldemir Rodrigues

## Congresso deve regulamentar trabalho de ONGs, afirma Lobão

A concorrência internacional se vale da ação de organizações não-governamentais (ONGs), que chegam a oferecer dinheiro para agricultores brasileiros não plantarem. A denúncia é do senador Edison Lobão, que sugere ao Congresso normas para as atividades dessas organizações no país.



**"Temos que tomar atitude para defender nossos interesses", recomenda Edison Lobão**

Página 7

## Mais educação e trabalho para negros, índios e carentes

A adoção de cotas nas universidades e outras ações afirmativas em favor dos negros, índios, mulheres e carentes são temas do Especial Cidadania de hoje.

Página 8





José Cruz

**DEMANDA** Hélio Costa lembra que há mais de 1.600 cidades no país sem serviços bancários

## Hélio Costa defende a ampliação do Banco Postal

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a ampliação do Banco Postal, que oferece serviços e produtos bancários por meio de agências dos Correios instaladas em 897 municípios, atendendo a uma população superior a 6,7 milhões de pessoas. O banco funciona mediante convênio entre a Empresa de Correios e Telégrafos e o Bradesco.

– Mesmo tendo sido um projeto iniciado no governo que precedeu o atual, trata-se de inegável conquista social, que deve ter continuidade e abrangência expandida. Espero que o presidente Lula mantenha firme a política de expansão e aprofundamento do sistema do Banco Postal, de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Para Hélio Costa, é possível estender o Banco Postal para 1.627 municípios onde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 15,6 milhões de brasileiros não contam com serviços bancários.

# Agenda

## Senadores podem liberar pauta esta semana

A sessão de hoje, marcada para as 14h30, é destinada a discursos dos senadores, sem a votação de matérias. Amanhã, o Plenário dá prosseguimento ao exame de projetos de conver-

são de medidas provisórias (MPs) que, por ter prioridade na votação, trancam a pauta da Casa. Uma das MPs regulamenta a reforma da Previdência, aprovada no fim do ano passado.

## CAE vota parceria público-privada

Na reunião de amanhã às 10h, os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) começam a discutir o projeto (PLC 10/04) que define as normas para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) na administração pública. A comissão vota ainda a indicação de Eli Loria para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



## Reforma universitária em discussão

A reforma universitária, em estudo no Ministério da Educação, é tema de debate na Comissão de Educação (CE) amanhã, às 10h. A reunião

contará com a presença do secretário de Educação Superior, Nelson Maculan; dos presidentes da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Almeida Gazzola, e da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta; entre outros.



## Mantega fala sobre orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouve amanhã, às 16h, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que falará sobre o Projeto de Lei Orçamentária para 2005. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura reúne-se também amanhã, às 14h30, para examinar a indicação de Newton Reis Monteiro para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

## Contaminação de águas pelo zinco

Na quarta-feira, às 10h, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) discute o processo de contaminação das águas e da desertificação na região de Vazante (MG), causada pela exploração subterrânea de zinco. Entre os convidados para a audiência pública, está o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Marcus Luiz Barroso Barros.



## Pneus e meio ambiente

Audiência na quarta-feira, às 10h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), discute projeto (PLS 216/03) sobre contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado. Estarão presentes o governador do Paraná, Roberto Requião, e o presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos, Gerardo Tommasini.

## Violência nas escolas

No programa *Cidadania* de hoje, na TV Senado, às 19h30, a pesquisadora da Unesco Marta Avancini e a vice-coordenadora do Observatório da Violência nas Escolas do Brasil, Miriam Abromovay, falam sobre a violência nas escolas. Às 20h30, Sibá Machado (PT-AC) discute demarcação de terras indígenas.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## Serys elogia programa de saúde bucal

A atuação do Ministério da Saúde foi elogiada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ao destacar anúncio de que, até o fim de 2006, a Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), intitulada Brasil Sorridente, receberá R\$ 1,2 bilhão de investimentos. Ela observou que, segundo o governo federal, os recursos destinados ao atendimento bucal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) vão aumentar, este ano, em quase 300%.



José Cruz

**Serys destaca ações do ministro da Saúde**

A seu ver, será inaugurada uma nova fase da saúde bucal no país a partir das ações implementadas pelo ministro Humberto Costa. A senadora ressaltou parceria com o Ministério da Educação, para distribuir 2 milhões de kits com escova e creme dental para 500 mil alunos da rede pública.

## João Alberto cobra fomento para Nordeste

Ao expressar preocupação com o futuro dos órgãos de fomento do Nordeste, João Alberto Souza (PMDB-MA) manifestou o temor de que continue sendo "uma miragem" a criação de uma instituição capaz de incentivar o desenvolvimento regional.



Moacir Mouriz

**João Alberto diz que nova Sudene continua miragem**

João Alberto lembrou que, ano passado, o governo propôs a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a extinção da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), que havia sido criada em 2001.

– Esses sucessivos eventos não saíram das perspectivas e boas intenções. Continua miragem uma nova Sudene blindada contra corrupção, concebida para ser uma instituição capaz de incentivar e promover a competitividade regional.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## Paulo Octávio quer discutir decisão do DAC

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou quarta-feira requerimento à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à Subcomissão de Turismo, presidida por ele, solicitando a realização de audiência pública conjunta para discutir o ato do Departamento de Aviação Civil (DAC) que suspendeu a promoção da empresa aérea Gol que oferecia passagens mais baratas. Serão convidados à audiência o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, e o major-brigadeiro-do-ar Washington Machado, diretor-geral do DAC.

Ao suspender a promoção, segundo o senador, o DAC baseou-se em portaria que o autoriza a intervir no mercado na defesa do interesse dos usuários. Segundo Paulo Octávio, no entanto, nesse caso o órgão es-



**ERRO** Segundo Paulo Octávio, proibição de passagens mais baratas prejudicou o usuário

tá fazendo o oposto. “Não me parece que entre as atribuições do DAC deva estar o controle dos preços das passagens aéreas. Já tivemos algumas experiências com tabelamento de preços. Nenhuma delas deixou as melhores lembranças”, afirmou o senador.

Para o parlamentar, é necessário rediscutir o modelo de organização da aviação comercial brasileira.

## CAE examina normas para a parceria público-privada

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne amanhã para examinar pauta de quatro itens, sendo o principal deles o substitutivo do senador João Tenório (PSDB-AL) ao projeto que institui normas para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPP) no âmbito da administração pública (PLC 2.546/03). A matéria é considerada uma das opções do governo para atrair novos investimentos destinados a setores carentes de recursos, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento.

Pela proposta, empresas privadas nacionais e estrangeiras poderão assumir tarefas do setor público, como obras e administração de serviços, medi-

ante contratos firmados com o governo, por meio de licitações. O projeto, apresentado pelo Executivo no semestre passado, foi aprovado pela Câmara em março, após um amplo acordo entre a base do governo e a oposição. No Senado, o projeto recebeu o nº 10/04.

Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o senador João Tenório acatou em seu relatório três emendas, apresentadas pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e César Borges (PFL-BA).

A CAE também examina o Projeto de Lei 505/03, de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS), que institui o Fundo de Assistência Financeira aos microempreendedores.

# Votação de MP depende de esclarecimento da Câmara

**Há dúvidas sobre decisão dos deputados a respeito da medida que regulamenta a reforma da Previdência**

A votação de oito medidas que estão trancando a pauta do Plenário do Senado depende de resposta da Presidência da Câmara sobre a real intenção dos deputados ao aprovarem dois artigos da medida provisória (MP 167/04) que regulamenta a reforma da Previdência. Por solicitação do relator-revisor da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), o presidente do Senado, José Sarney, enviou ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, pedido de esclarecimentos.

Há uma dúvida se a MP 167 revogou ou não quatro parágrafos do artigo 11 da Lei 9.532, de dezembro de 1997. Se os parágrafos tiverem sido revogados, haverá implicação financeira, pois um deles trata da cobrança de imposto de renda nos resgates, pelos associados, de quotas dos fundos de aposentadoria programada individual (Fapi).

Outro ponto da MP que suscitou dúvidas do relator Tião Viana trata da composição do colegiado que irá acompanhar e fiscalizar o fundo de pensão complementar dos servidores públicos. Pelo texto da Câmara, o colegiado terá representantes de servidores dos Poderes da União. Tião Viana diz que, pelo parecer do relator na Câmara, a intenção é ter repre-

sentantes dos Poderes da União, estados e municípios.

A MP 167 deve ser votada obrigatoriamente antes das outras, por ser a mais antiga delas. A intenção das lideranças, conforme acordo feito na semana passada, é votar todas as medidas provisórias sem manobras de obstrução, para “limpar” a pauta do Plenário do Senado, que já contém mais de cem itens.

Pelo menos duas MPs são consideradas de difícil compreensão, o que retarda sua discussão. Uma delas trata de detalhes do reconhecimento, pelo governo, de saldos ao final de financiamentos habitacionais. Outras são simples, como a que cria o programa de transporte escolar em áreas rurais, prevenindo ajuda federal a municípios.

### MPs que estão trancando a pauta do Senado

- MP 167/04** – Regulamenta a recente reforma da Previdência, sem tocar nos pontos alterados pela chamada “emenda paralela”, que ainda se encontra em votação na Câmara. Ela contém uma novidade em relação à reforma: muda a data de reajuste do funcionalismo de 1º de janeiro para 1º de maio. Com pequenas mudanças em relação ao texto do Executivo, a emenda passa a ser o PLV 27/04.
- MP 169/04** – Permite que trabalhadores que moram em áreas afetadas por desastres naturais usem o dinheiro de sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A atual lei só permite a movimentação por causa de enchentes. Recebeu alterações (PLV 28/04).
- MP 170/04** – Cria o Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a gratificação temporária de “vigilância sanitária” (PLV 29/04).
- MP 171/04** – Antecipa a liberação para estados e municípios de dinheiro do chamado “imposto dos combustíveis”; a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), desde que eles tenham sido afetados por calamidades. Sem mudanças no Congresso.
- MP 172/4** – Aumenta os salários dos policiais civis e militares do Distrito Federal por meio de gratificações. Sem mudanças dos parlamentares.
- MP 173/04** – Cria o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos. O primeiro ajuda a pagar transporte escolar de quem mora na área rural. Pequenas mudanças no Congresso (PLV 31/04).
- MP 174/04** – Muda os prazos para registro de armas, previstos no Estatuto do Desarmamento. É alterada pelo PLV 32/04.
- MP 175/04** – Faz mudança na legislação do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Está sendo mudada pelo PLV 33/04.

## Comissão debate amanhã a reforma universitária

A reforma universitária será tema de audiência pública, amanhã, às 10h, convocada pela Comissão de Educação (CE). Trata-se da segunda de uma série de discussões sobre a situação do ensino superior no país, proposta em requerimento pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR), presidente da comissão, e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Para o debate, o colegiado

convidou o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Nelson Maculan; a presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ana Lúcia Almeida Gazzola; o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta; o diretor-executivo da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), José

Walter Pereira dos Santos; e o conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) João Cláudio Todorov.

Na justificativa do requerimento, Osmar Dias considerou a necessidade de “procurar horizontes que comportem as pretensões brasileiras de expansão do percentual de estudantes de nível superior em relação aos cidadãos brasileiros,

de forma a fornecer à população o nível educacional adequado ao desenvolvimento do país”. O desafio colocado hoje ao modelo universitário, conforme o senador, é ampliar os meios de acesso sem descuidar da qualidade e dos avanços nas áreas científica e tecnológica.

– O Brasil precisa colocar sua universidade no novo patamar de exigências – ressaltou o senador Osmar Dias.

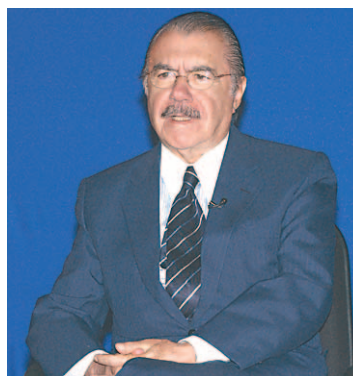


**NECESSIDADE** Osmar Dias quer a universidade brasileira num novo patamar de exigências



IMPRENSA

Senadores analisam repercussões do episódio motivado por matéria do *The New York Times*. Sarney elogia desfecho do caso e Alvaro Dias propõe mudança na lei, com o objetivo de resguardar a liberdade de imprensa para correspondentes



Jane de Araújo

**ACERTO** José Sarney observa que "o país, no final, deu uma prova de maturidade"

**Sarney saúda desfecho de caso envolvendo correspondente**

O presidente do Senado Federal, José Sarney, divulgou nota à imprensa em que saúda o desfecho do episódio envolvendo o correspondente do jornal *The New York Times* no Brasil, Larry Rohter. O jornalista, que escreveu matéria em que menciona o suposto abuso de álcool pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, teve seu visto de trabalho suspenso pelo governo brasileiro, e solicitou ao Ministério da Justiça que reconsiderasse a decisão. Rohter declarou, em seu pedido, que não teve intenção de ofender o presidente Lula, que lamenta o episódio e que a versão em português de sua matéria, divulgada pela imprensa brasileira, traz incorreções. Em nota divulgada à imprensa, o presidente do Senado analisa o episódio e observa: "Todos devemos ficar satisfeitos com esse desfecho. O episódio foi didático. Ficou claro, em primeiro lugar, que é preciso ter muito cuidado com os assuntos relacionados à liberdade de imprensa. O presidente revelou sua justa indignação. O Executivo reagiu; e o Legislativo pressionou; e o Judiciário funcionou. E o país, no final, deu uma prova de maturidade".

**Alvaro Dias quer mudar Estatuto do Estrangeiro**

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou na sexta-feira que vai apresentar projeto para modificar o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80). Ele disse que seu objetivo é tornar a legislação mais clara e evitar interpretações distorcidas, como a que se verificou no episódio com o correspondente do *The New York Times*, Larry Rohter.

O parlamentar sugere modificações no estatuto, sendo uma para resguardar a liberdade de imprensa, impedindo que a livre manifestação seja motivo de expulsão. De acordo com o artigo 65 do estatuto, que Alvaro Dias quer alterar, é passível de expulsão o estrangeiro que atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a moralidade pública, a economia popular e os interesses nacionais.

Alvaro Dias também quer acrescentar dispositivo à legislação para atribuir ao presidente da República a responsabilidade pela assinatura do ato de expulsão de estrangeiro. Na justificativa da proposta, o senador alega que o cancelamento de visto não pode ser ato discricionário do ministro da Justiça, em caso de expulsão. Segundo o parlamentar, houve, na situação referente ao corres-



Célio Azevedo

**AÇÃO EMERGENCIAL** Proposta de Alvaro Dias visa preservar o livre exercício do jornalismo

pondente do *NYT*, "interpretação não sistemática" do Estatuto do Estrangeiro, tendo sido o artigo 26 considerado dissociado dos demais.

**Liberdade de imprensa**

O projeto, explica Alvaro, é uma ação de caráter emergencial para preservar o livre exercício das atividades jornalísticas dos mais de 250 correspondentes estrangeiros que trabalham no Brasil. Para o senador, o ato de expulsão do correspondente teria sido uma atitude despótica do Executivo e comprometeria as relações diplomáticas do país.

– O gesto do presidente da República lembra, guardada a devida distância, quadro típico de inquisição religiosa, quando tribunais do Santo Ofício man-

davam arder no fogo do inferno os que consideravam hereges. Esse fato abala as relações diplomáticas do país com as nações civilizadas.

Alvaro Dias destacou a diferença de comportamento entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, George W. Bush. Para exemplificar, citou a publicação do livro *Stupid White Men – Uma Nação de Idiotas*, de Michael Moore, que contém pesadas críticas à administração de Bush, e ressaltou que nada ocorreu com o autor.

– Em país civilizado, a Constituição é respeitada, mesmo quando a autoridade governamental se revolta com o que escrevem sobre ela – observou.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou a presença de integrantes do PT no Plenário para elogiar ou criticar o governo. Para o senador Cristovam Buarque (PT-DF), a melhor maneira de ser leal ao presidente Lula é dizer que houve um erro na condução do episódio.

Pela liderança do governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) salientou que está atuando na base de apoio ao governo porque entende que o presidente tem um compromisso a ser cumprido com o país.



J. Freitas

**DEFESA** Para Arthur Virgílio, o presidente "sempre cultivou hábitos normais"

**Arthur Virgílio: episódio causou "estragos ao governo"**

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), voltou a condenar a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que havia determinado o cancelamento do visto de permanência no país do jornalista do *The New York Times*, Larry Rohter.

Para o senador, que falou em Plenário antes da retratação do correspondente e da revogação do cancelamento do visto, o episódio causou um verdadeiro "estrago no já combalido governo". Como prova, ele observou que a atenção da nação e do mundo voltou-se para discutir detalhes da vida pessoal do presidente brasileiro, apesar de deixar claro que ele, Lula, "não é um homem de excessos e que sempre cultivou hábitos normais".

Arthur Virgílio observou que a posição inicialmente adotada pelo governo foi criticada pela maioria dos segmentos de opinião do país e do mundo, e que somente algumas vezes se levantaram em defesa da expulsão do correspondente, como o ex-ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão. O ex-ministro, acrescentou, foi um dos principais responsáveis pelo endurecimento da censura no país na década de 1970.

**Eleições**

O líder do PSDB também citou pesquisa divulgada pela CNT/Sensus, revelando que apenas 7,7% dos consultados garantem votos a candidatos indicados pelo presidente Lula, nas eleições municipais.

– É um percentual muito pequeno para um governo que completou apenas um terço do total do mandato – alertou Arthur Virgílio.

**Antero nega participação do PSDB na reportagem do NYT**

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) refutou qualquer ligação do seu partido com articulações que resultaram na reportagem do correspondente do jornal *The New York Times*, Larry Rohter, sobre suposto hábito de utilização de bebidas alcoólicas pelo presidente Lula. Para Antero, é inaceitável essa tese publicada na coluna Painel do jornal *Folha de S. Paulo* de sexta-feira.

– É o que faltava. O culpado é o Serra; o PSDB está manipulando o *The New York Times*. Eu fui colega constituinte de Lula. A notícia é injusta com o cidadão e com o presidente Lula. O PSDB em momento algum endossou a denúncia. Isso é mais

um insulto à inteligência nacional – assinalou.

Segundo Antero, o presidente da República, que não merecia o ataque contido na reportagem, deveria ter processado o jornalista. O senador também criticou a afirmação do secretário de Comunicação e Gestão Estratégica do governo, Luiz Gushiken, publicada no jornal *O Globo* de sexta-feira, de que "não existe o direito de calúnia".

**Rodovia**

O senador fez apelo ao governo federal para que a BR-163 (rodovia Cuiabá-Santarém) seja recuperada com urgência. Ele se solidarizou com a população das regiões do norte e



J. Freitas

**INSULTO** Tese publicada no jornal *Folha de S. Paulo* é inaceitável, afirma Antero

médio norte de Mato Grosso, em especial a sociedade do município de Sinop, que está mobilizada pela restauração da rodovia. Antero informou ter recebido carta da população de Sinop denunciando o péssimo estado da BR e pedindo ao governo para que a estrada seja recuperada antes do período das chuvas.





Roosevelt Pinheiro

**APOIO** Simon sugere que líderes garantam as condições políticas ao pacto

## Pedro Simon propõe pacto que leve ao crescimento econômico

Ao participar do seminário *Brasil – Propostas de Desenvolvimento*, realizado na Câmara dos Deputados, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs um pacto nacional pelo crescimento econômico brasileiro, sugerindo aos líderes partidários que procurem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir-lhe as condições políticas necessárias a

mudanças ousadas na economia.

Na avaliação de Simon, para buscar uma saída para o país é preciso discutir a “gigantesca dívida pública brasileira”. O pacto sugerido por Simon começaria com o debate sobre a dívida pública, interna e externa, avaliada em R\$ 966 bilhões. Ele afirmou ainda que a renegociação da dívida é inevitável.

Simon pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do seu pronunciamento no encontro por considerar de grande importância o seminário e o apoio oferecido à sua idéia. Segundo disse, os participantes, embora oriundos dos mais diferentes partidos e posições ideológicas, reconheceram que a situação nacional é muito grave e que só a união

de todos os brasileiros em torno de um grande projeto nacional fará o país encontrar uma saída.

O senador Pedro Simon também falou sobre ética e desenvolvimento. Para ele, as elites brasileiras, independentemente de suas posições políticas e ideológicas, devem se unir em torno de um projeto nacional de desenvolvimento.

## Para Efraim, PT “inchou” a máquina administrativa

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), acusou o governo do PT de “inchar, encarecer e aparelhar a máquina administrativa”. Ele citou matéria do jornal *Correio Brasileiro* de que o custo do aparelhamento do Estado está em torno de R\$ 100 milhões – valor que teria sido gasto entre janeiro de 2003 e abril de 2004 com “a importação de militantes petistas e aliados políticos para ocupar cargos de confiança no governo federal”. Segundo disse, além de pagar pouco aos servidores, o governo ignorou o sistema de mérito e massificou o apadrinhamento político, que tanto criticava.

– Apadrinhamento que lhe gera rendimentos: rendimento direto decorrente do tributo que cada militante lhe paga do salário recebido, e rendimento indireto pelo domínio político, que passa a exercer sobre a máquina administrativa do Estado, que é pública e não pode estar submetida a partidos.

Efraim afirmou que o país vive uma situação anômala, já que o contribuinte acaba subsidiando indiretamente os cofres do PT. O senador observou também que, de acordo com a mídia, o PT é hoje o partido com maior volume de recursos para gastar. “Talvez já nem precise dos préstimos do sr. Waldomiro Diniz”, comentou.



J. Freitas

**ATUAÇÃO** Governo paga pouco aos servidores e massifica o apadrinhamento, diz Efraim

## Tebet: não se governa um país apenas com números

■ Para o senador, as autoridades devem ter sensibilidade para perceber a crise social enfrentada pelo Brasil

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) chamou a atenção do Plenário para a crise social enfrentada pelo Brasil e disse que as autoridades devem ter sensibilidade para perceber que “não é só com política fiscal que vão governar”. Em sua avaliação, “um país não pode ser governado apenas monetariamente, por números”.

Tebet referiu-se ao aumento do desemprego e à violência, que tem atingido inclusive pequenas cidades. Ele citou dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrando que 62% das cidades entre 100 mil e 500 mil habitantes já abrigam favelas. O parlamentar lembrou informação levada a Plenário pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) de que 30 milhões de brasileiros moram em favelas, 17 milhões são analfabetos e 4 milhões não têm terra.

O senador Ramez Tebet destacou que é a favor do equilíbrio fiscal e do controle da inflação, mas, ressaltou, não se



Célio Azeredo

**CRÍTICA** “Parece que só se fazem contas neste país. Isso está errado”, afirma Ramez Tebet

pode olhar apenas para as contas. É necessária, acrescentou, a adoção de medidas efetivas que permitam o crescimento do país.

– Parece que só se fala em números, só se fazem contas neste país. Isso está errado. É claro que temos que pagar as nossas contas. Vamos pagá-las dentro dos limites. Vamos evitar os gastos exagerados, economizar e aplicar em benefício da nação. Precisamos ter segurança para que haja investimentos e isso se dá por meio de uma política efetiva.

Tebet sugeriu que o governo ouça o Senado sobre as grandes questões nacionais. Ele apoiou proposta de Alberto Silva (PMDB-PI), feita em aparte ao seu discurso, para que um grupo de

senadores leve ao presidente da República sugestões para melhorar a ação administrativa.

### Temor

Para o senador, está correta a jornalista Miriam Leitão, em artigo publicado em *O Globo*, ao afirmar que o país nunca esteve, do ponto de vista dos indicadores econômicos, tão forte diante de uma crise externa como neste momento. Mesmo assim, segundo a jornalista, o Brasil foi a nação que mais piorou no que se refere ao risco-país, na última quarta-feira. Conforme ela, “o temor é que o Brasil se transforme em um país onde as decisões são tomadas de forma emocional e arbitrária”, como no caso do cancelamento do visto do jornalista do *The New York Times*.

Segundo Tebet, por mais que haja esforço do presidente da República, “a política do governo continua atabalhoada”. Após lembrar que Lula, na última reunião do Conselho de Segurança Alimentar, reclamou mais eficiência dos ministros, o senador disse que “é preciso que a vontade do comandante seja respeitada, seja cumprida”.

O discurso de Ramez Tebet também recebeu apartes dos senadores José Jorge (PFL-PE), Mão Santa (PMDB-PI) e Cristovam Buarque.



J. Freitas

**DENÚNCIA** Segundo Lúcia Vânia, publicidade esconde informações importantes

## Propaganda do PT é enganosa e fere a ética, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a maneira como o PT vem dando publicidade aos resultados do governo Luiz Inácio Lula da Silva, classificando-a de “propaganda enganosa, que fere a ética e a responsabilidade”. Ela disse que as idéias geradas no núcleo publicitário daquele partido utilizam em seus programas a visão de que “a verdade é um detalhe que se presta a uma conveniente apresentação dos fatos”.

– O bordão “Isso é fato, isso é verdade” esconde um princípio que deve ser denunciado, à custa de não de se compactuar com o desconhecimento e a desinformação, aos quais a propaganda do PT visa a nos induzir – criticou, referindo-se às comparações entre 16 meses do governo Lula e dados registrados em oito anos da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na avaliação da senadora, os indicadores econômicos selecionados “convenientemente” omitem informações importantes e não têm a preocupação de transmitir a visão do todo, que permitiria uma análise “isenta e correta”.

Lúcia Vânia destacou que, ao contrário do que o PT vem fazendo, a oposição tem tido uma atuação “séria e não demagógica”.

## Mão Santa pede que Congresso aprove mínimo superior a R\$ 260

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apelou ao Congresso para que aumente o valor do salário mínimo, fixado pelo governo em R\$ 260. “É um salário mínimo vil, o mais baixo de toda a América Latina, e que envergonha um presidente operário, que passou anos na televisão defendendo uma remuneração justa para

os trabalhadores.”

Mão Santa elogiou o líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), e a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pela luta em favor de um “salário digno”. Ele ressaltou as críticas de Heloísa “à renúncia do governo do PT às exigências dos banqueiros internacionais”.



Roosevelt Pinheiro

**POUCO** Para Mão Santa, valor proposto pelo governo “é vil e o mais baixo da América Latina”





**PATRIMÔNIO** Heráclito lembra importância do lugar para a ciência e a Humanidade

## Heráclito cobra medidas para salvar a Serra da Capivara

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cobrou do governo uma ação imediata para evitar o fechamento do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no Piauí. Ele lembrou a importância do lugar – que abriga um sítio arqueológico tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade – e disse que o alerta sobre as ameaças ao parque tem sido feito por especialistas, arqueólogos e pela imprensa, mas até agora nenhuma medida de socorro foi tomada pelo governo federal.

Relacionando os assuntos, o parlamentar questionou a intenção do Ministério da Cultura, que, de acordo com notícias da imprensa, está se preparando para fazer uma reforma no prédio do ministério.

– Qual é a escala de prioridades do PT? Por que se podem gastar milhões numa reforma e não se podem destinar alguns milhares de reais para salvar um parque que é Patrimônio da Humanidade? – indagou Heráclito.

Ele disse que, apesar de o governo estadual ter manifestado intenção de ajudar a evitar o fechamento do parque, nenhuma medida concreta aconteceu. Mesmo porque, frisou, essa é uma responsabilidade do governo federal, já que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é o responsável pela administração do local.

Heráclito citou o aviso feito pela arqueóloga Niède Guidon, presidente da Fundação Museu do Homem Americano, que mantém o parque, segundo a qual será necessário demitir os funcionários se alguma medida urgente não for tomada.

A própria especialista é quem estaria pagando os gastos de combustível dos carros do Ibama, afirmou.

**ÍNDIOS** Romero Jucá concorda com decisão judicial sobre demarcação da Raposa/Serra do Sol. Mozarildo pede urgência para emenda que dá ao Senado poder de decidir sobre criação de terras indígenas

# Jucá defende solução negociada para reserva

A decisão da desembargadora Selene Maria Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (que inclui o DF e 13 estados, entre eles Roraima), de que a demarcação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol deverá respeitar as propriedades produtivas, além de cidades e vilas já existentes, foi apontada na sexta-feira, pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), como um novo estímulo na busca de uma solução negociada para o problema.

– Ao dar a sentença, ela sinalizou que a Justiça também quer uma discussão que não seja histórica ou irresponsável, e que não prejudique os índios. Espero que seja mais um ponto a favor dos argumentos



**ESTÍMULO** Jucá apóia decisão do TRF que pede respeito a cidades e propriedades da região

apresentados pelo Senado, pela Câmara, pelo governo do estado e pela bancada federal de Roraima, no sentido de se construir uma solução pacífica que possa resolver o problema não

só de Roraima, porque amanhã questões semelhantes poderão acontecer em Mato Grosso, Goiás ou Pará – afirmou Jucá, em discurso no Plenário.

Após recordar que atuou durante três anos como presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o senador admitiu que a questão indígena é complexa e “extremamente conflituosa”. Mesmo assim, ele insistiu na tese do entendimento e disse que o estado de Roraima não é contrário à demarcação de terras indígenas.

– Quero registrar a esperança e a certeza de que é possível chegar a um entendimento político que beneficie todos os índios e também o país – declarou Jucá.

## Mozarildo quer votar logo emenda que dá nova prerrogativa ao Senado

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu que o Senado examine o mais rápido possível proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do próprio Mozarildo, que inclui entre as prerrogativas da Casa autorizar ou não a criação de reservas indígenas, hoje atribuição da Presidência da República com a publicação de uma simples portaria no Diário Oficial da União.

Mozarildo informou que a comissão externa mista criada para verificar a questão fundiária indígena em Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Pará e Rio Grande do Sul entregará em breve relatório pro-



**PEDIDO DE CPI** Mozarildo sugere comissão parlamentar de inquérito para terra indígena

pondo soluções legislativas para a questão.

A comissão já apresentou relatório de Delcídio Amaral (PT-MS) sobre a visita feita a Roraima. Delcídio sugeriu a demarcação descontínua da reserva Raposa/Serra do Sol, diferente da proposta do governo, que é

de demarcação contínua.

– O objetivo é contribuir para o presidente tomar uma decisão adequada e justa. A comissão vai concluir trabalho e apresentará legislação para permitir que a questão indígena seja tratada de forma nacionalista, deixando o comando para o governo brasileiro. Quem manda na criação de reservas indígenas hoje são as organizações não-governamentais (ONGs) – disse.

Mozarildo sugeriu também que seja criada uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a situação das reservas indígenas.

Pedido para criação da CPI, contendo 54 assinaturas, já foi entregue à Mesa Diretora, segundo Mozarildo.

## Augusto propõe demarcação descontínua

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que respeite o Congresso Nacional e demarque de forma descontínua as terras que integrarão a reserva Raposa/Serra do Sol. Ele lembrou que a questão foi exaustivamente analisada por deputados e senadores, que chegaram à conclusão da ne-

cessidade de preservar algumas áreas, o que representa 10% do total previsto.

A proposta dos parlamentares é que sejam retiradas da área da reserva as franjas correspondentes às áreas de plantio; o município de Normandia e as sedes da cidade de Uiramutã e das vilas de Água Fria, Socó, Vila Pereira e Mutum com suas

respectivas zonas de expansão; o 6º Pelotão Especial de Fronteira do Exército; as estradas estaduais e federal presentes na área; e a unidade de conservação ambiental Parque Nacional do Monte Roraima. Os senadores e deputados também defendem a demarcação de uma área específica para a etnia Ingaricó.



**COBIÇA** Raupp afirma que tanto índios quanto garimpeiros têm interesses financeiros

## Raupp pede MP para regular garimpo no Norte do país

O governo tem que adotar medidas urgentes para evitar e impedir os conflitos de terra que têm ocorrido no Norte do país, caso contrário a matança entre garimpeiros e indígenas vai continuar. O alerta foi feito na sexta-feira pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que pediu ao Executivo para preparar e encaminhar MP com a regulamentação e o disciplinamento das atividades de garimpos em terras de reservas indígenas.

Raupp citou trechos de depoimentos de autoridades públicas da cidade de Espigão d'Oeste, em que está localizada a Reserva Roosevelt – Cinta Larga, em Rondônia, região onde 29 garimpeiros foram assassinados.

Em sua opinião, os garimpeiros não vão parar de buscar atividade naquela região, porque não conseguem emprego e têm cobiça. Por outro lado, acentuou, os índios também não vão parar, pois possuem interesses financeiros na garimpagem.

– Nós devemos alertar para a necessidade dessa situação acabar, e é o governo quem deve colocar um fim na questão.



**RESPEITO** Augusto diz que apenas 10% da área total da reserva devem ser preservados



## Alfabetização infantil deve ter prioridade, diz José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) sugeriu que o governo eleja efetivamente a alfabetização das crianças na rede pública de ensino como a sua principal prioridade na área educacional. Ele disse que o Brasil não vem conseguindo alfabetizar adequadamente a maioria dos alunos das escolas públicas e que o PFL resolveu desenvolver um programa, envolvendo prefeitos e governadores do partido, para que os alunos sejam realmente alfabetizados até o final do primeiro ano do ensino fundamental.

Os resultados do Sistema de Avaliação de Ensino Básico (Saeb) do Ministério da Educação mostram, conforme o senador, que entre 60% e 80% dos alunos não atingem os níveis mínimos estabelecidos pelo MEC até o final da quarta série. Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PT-DF), ex-ministro da Educação, apoiou a iniciativa e precisou os resultados do Saeb, indicando que 52% das crianças brasileiras chegam à 4ª série sem saber ler efetivamente.

O programa do PFL, intitulado *Alfa e Beto*, concebido pelo professor João Batista Araújo e Oliveira, educador há



Célio Azevedo

**PREJUÍZO** José Jorge cita denúncia de que 11 milhões de livros aguardam distribuição

mais de 40 anos e que já foi secretário-executivo do MEC, começou a ser implementado no ano passado em 13 municípios administrados pelo partido, tendo sido incorporado este ano às redes estaduais da Bahia e de Sergipe.

### Denúncia

José Jorge também registrou, na área da educação, denúncia veiculada esta semana pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, informando que 11 milhões de livros de literatura, poesia e não-ficção adquiridos pelo MEC em 2003 estão estocados em armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento, do Tribunal Superior Eleitoral e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em Brasília, pela incapacidade do governo federal de distribuí-los. O senador afirmou que são obras importantes como *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa.

# Lobão quer regulamentar as atividades das ONGs

■ Para senador, essas organizações atuam contra a exportação dos produtos agrícolas brasileiros

O senador Edison Lobão (PFL-MA) parabenizou na sexta-feira o Brasil pela vitória obtida junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), que condenou os subsídios pagos pelo governo norte-americano aos produtores de algodão. Ele disse esperar que a medida sirva de estímulo para que o governo brasileiro prossiga na missão diplomática contra subsídios domésticos concedidos por países ricos. Lobão lembrou que, segundo estudos dos próprios concorrentes, os gargalos para a valorização de nossas exportações são o transporte e o armazenamento.

O senador afirmou que a atuação da concorrência sobre o potencial brasileiro de grande produtor agrícola ocorre também por meio de organizações não-governamentais (ONGs), que chegam a oferecer dinheiro a agricultores brasileiros para não plantarem. Lobão acredita que o Congresso Nacional precisa agir e regulamentar a



Célio Azevedo

**CONQUISTAS** Lobão parabeniza o Brasil por vitória na Organização Mundial do Comércio

atuação das ONGs no país.

– Temos que tomar atitude legislativa para defender nossos interesses – disse, citando como exemplo a organização Sociedade Holandesa pela Natureza e o Meio Ambiente, que enviou carta às autoridades externando preocupação com a crescente produção brasileira de soja e o transporte do produto por via hidroviária, o que colocaria em risco a biodiversidade e as culturas indígenas.

Lobão considerou o documento da ONG uma “intromissão em questões soberanas do país”.

### Escoamento

Lobão ainda defendeu a criação de ferrovia que ligue o

Maranhão ao Tocantins, de forma a permitir o escoamento da produção do Centro-Oeste por portos maranhenses.

– O investimento seria muito pouco; para obter conquista tão grande, seriam necessários apenas R\$ 200 milhões.

Vários senadores apartearam Lobão. Luiz Otávio (PMDB-PA) sugeriu que o governo federal pavimente o trecho de rodovia que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT), a BR-163 [com 1.850 km de extensão, dos quais cerca de 1.000 necessitam ser asfaltados]. Luiz Otávio disse que com os recursos necessários à construção de dois quilômetros do metrô de SP seria possível concluir essa rodovia e facilitar a exportação de grãos.

Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu que o orador ajude na tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da qual Lobão é presidente, de projeto de lei que regulamenta a atuação das ONGs estrangeiras no Brasil, resultante do relatório final da CPI que investigou o assunto.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu o fim dos entraves ao desenvolvimento econômico do país e pediu ao governo federal que solucione o problema do Porto de Paranaguá.

## Antero defende reserva de vagas em universidades

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) elogiou na sexta-feira o anúncio feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de que 50% das vagas das universidades federais serão destinadas aos estudantes que venham a concluir o segundo grau em escolas públicas. Ele recordou que um projeto de sua autoria, com a mesma finalidade, já foi aprovado pelo Senado e aguarda agora votação na Câmara dos Deputados.

– Poderíamos ter uma economia de tempo extraordinária com a aprovação desse projeto, pois o processo legislativo já está adiantado e basta sua confirmação pela Câmara para que ele seja sancionado e possa entrar imediatamente em vigor, para que já regule o vestibular de julho – disse Antero.

A única diferença entre o proje-

to de Antero e a proposta do Poder Executivo, como observou o senador, é a de que o texto em análise na Câmara garante metade das vagas nas universidades federais aos estudantes que tenham cursado não apenas o ensino médio em escolas públicas, como sugere o governo, mas também o ensino fundamental.

Antero considerou positiva a possível migração de estudantes para a escola pública, apontada pelos críticos de seu projeto como uma falha da proposta. Na sua opinião, a reserva de vagas para os alunos de escolas públicas poderá ajudar a melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio oferecido por essas instituições.

Em apartes, os senadores Cristovam Buarque (PT-DF) e José Jorge (PFL-PE) apoiaram a proposta de Antero.

## Renan oferece apoio a vítimas da violência

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), informou que recebeu em seu gabinete a visita de representantes do grupo carioca Mães do Rio, formado por mulheres que tiveram filhos e parentes mortos por armas de fogo. Elas querem a aprovação de projeto do presidente do Senado, José Sarney, que cria um fundo nacional para indenizar as vítimas da violência, informou Renan.

O senador lembrou que as maiores vítimas de armas de fogo são homens – para cada mulher de 15 a 24 anos assassinada a tiros no Rio de Janeiro, morrem 24 homens da mesma faixa etária. A média diária de mortes por arma de fogo no país é de cem pessoas.

– Mas não podemos esquecer

que, por trás de cada homem morto, fica a dor de mulheres que sobrevivem: mães, mulheres, filhas, namoradas, avós, irmãs e amigas – afirmou Renan.

O líder do PMDB pediu urgência para a aprovação do projeto de Sarney, já acatado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e enviado à Câmara dos Deputados. “O movimento Mães do Rio tinha 200 mulheres há um ano, todas mães e parentes de vítimas da violência policial. Hoje, elas são mais de 300”, contou.

A líder do grupo, Euristéia de Azevedo, teve o filho William assassinado aos 24 anos por seguranças de uma casa noturna, nas proximidades do Estádio do Maracanã, em 1998. Renan citou como exemplo po-



J. Freitas

**URGÊNCIA** Renan Calheiros espera que seja votado logo projeto de Sarney

sitivo de combatividade a advogada Cristina Leonardo, defensora dos direitos humanos em casos como a exploração de mulheres brasileiras em Israel e a chacina de Vigário Geral, perpetrada por policiais. O senador declarou que 80% dos cariocas são favoráveis à proibição total de armas de fogo.



# Políticas contra a desigualdade garantem mais educação e trabalho

O governo federal anunciou na semana passada que vai encaminhar ao Congresso projeto de lei para instituir o Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes de escolas públicas, favorecendo em especial negros e índios, nas faculdades federais. A medida faz parte de uma política

de combate às desigualdades sociais, de forma a garantir, principalmente no ensino superior, a inclusão de grupos desfavorecidos da sociedade.

A legislação já prevê a reserva de vagas para portadores de deficiência em concursos públicos e empresas privadas. Além disso, muitas universidades adota-

ram o sistema de cotas para negros e índios em seus programas de seleção.

Para tratar desse tema, o **Especial Cidadania** ouviu o senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, e também reuniu as medidas já instituídas no país e as propostas sobre o assunto no Congresso.

## Projetos em tramitação sobre inclusão social

Além do Estatuto da Igualdade Racial, outras propostas em tramitação no Congresso prevêem a adoção do sistema de cotas como instrumento de inclusão social. Do senador José Sarney (PMDB-AP) é o projeto (PL 6.912/02) que destina 20% das vagas para candidatos afro-brasileiros que apresentem a qualificação exigida no preenchimento de cargos e empregos da administração pública de qualquer dos entes federativos, no acesso a vagas nos cursos de nível superior das instituições públicas e privadas e na assinatura dos contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). A proposta, já aprovada no Senado, aguarda exame da Câmara dos Deputados.

Há também projetos voltados para a população indígena, idosos, mulheres e carentes. O PLS 7/02, do senador Tião Viana (PT-AC), prevê a cota mínima de 1% para índios nos cargos e empregos da administração pública, nas vagas nos cursos de nível superior, nos contratos do Fies e na concessão das bolsas de estudo. O senador também propôs a instituição de cotas para os idosos (PLS 6/02).

Já o PL 1.643/99, do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos provenientes de escola pública. O PLS 135/00, apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), assegura para os índios 5% das vagas nas universidades públicas.

Na Câmara, o PL 615/03, do deputado Murilo Zauith (PFL-MS), dispõe sobre a obrigatoriedade de vagas para índios classificados em processo seletivo na universidade pública. Do deputado Enio Bacci (PDT-RS), o PL 165/03 prevê reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes.

Em relação às mulheres, proposta (PL 6.216/02) da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) destina 30% dos recursos do fundo partidário para programas que incentivem a participação feminina na política. Já o Projeto 2.355/00, da então deputada Rita Camata, determina que 50% das vagas sejam destinadas igualmente para cada sexo em todas as eleições. Por último, proposta (PL 719/03) da deputada Mariângela Duarte (PT-SP) garante que, no mínimo, 30% dos recursos do fundo partidário sejam usados para a criação de organizações de pesquisa, educação e capacitação política da mulher.

## Estatuto da Igualdade pode ser aprovado este ano

O Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), prevê a inclusão do sistema de cotas para afro-brasileiros no setor privado, inclusive nos meios de comunicação. Em entrevista ao **Jornal do Senado**, Paim esclarece os benefícios que a proposta pode trazer à sociedade.

### Que avanços o estatuto trará para os afro-brasileiros?

O estatuto tem 67 artigos com garantias de inclusão social nas áreas de saúde, trabalho, educação, cultura e lazer. Prevê o combate a todo tipo de discriminação e a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial para garantir a aplicação dos direitos estabelecidos no estatuto. O sistema de cotas, além de garantir vagas na educação, será estendido ao serviço público e à iniciativa privada, em especial aos meios de comunicação. O estatuto estabelece a criação de ouvidorias para recebimento de denúncias e aperfeiçoamento dos mecanismos de punição dos crimes discriminatórios.



### Como funcionará o Fundo de Promoção da Igualdade Racial?

O fundo receberá recursos provenientes da Lei Orçamentária Anual (LOA), transferências voluntárias, doações e custas judiciais arrecadadas em processos que envolvam racismo, além de 1% do prêmio líquido das loterias, entre outras fontes. O dinheiro vai permitir investimentos na melhoria da qualidade de vida da população afro-brasileira.

### Que ações serão adotadas na área da saúde?

São diversas ações, que implicam novos procedimentos a serem adotados nos prontuários médicos, na investigação das doenças que mais atingem a comunidade afro-brasileira, como a anemia falciforme, até políticas públicas a serem implementadas pelo Ministério da Saúde.

### A adoção de cotas vem gerando polêmica. Como o senhor vê a questão?

A polêmica é natural. Mas devemos considerar que 20% das vagas estão sendo desti-

nadas para afro-brasileiros, que constituem 50% da população do país. A política de cotas é política de inclusão e deve ser adotada até o dia em que ultrapassarmos a barreira de 20% de negros nas universidades.

### Como será o sistema de cotas no mercado de trabalho?

A situação é mais fácil no serviço público em razão dos concursos. No setor privado, a proposta é que, no processo de contratação, as empresas com mais de cem empregados reservem 20 de seus postos para os afro-brasileiros melhor qualificados.

### O senhor acredita que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial saia este ano?

Estou esperançoso de que ele seja aprovado até junho.

### Como o cidadão afro-brasileiro pode fazer valer seus direitos?

Para que qualquer lei passe a vigorar plenamente, é preciso que as pessoas denunciem e que a comunidade se mobilize, a exemplo do que vem ocorrendo com o Estatuto do Idoso. É preciso acionar as autoridades. Se as pessoas não denunciarem e não exigirem seus direitos, a lei é morta.

## Programas de cotas já instituídos

### Vagas no ensino superior

**Universidade de Brasília (UnB)** – Reserva 20% das vagas para afro-brasileiros no vestibular. Também oferece anualmente 15 vagas para índios, que devem ser apresentados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ou pela liderança de sua comunidade. Os candidatos realizam um teste. Tel.: (61) 307-2004/www.unb.br

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)** – Destina 20% das vagas para afro-brasileiros, 20% para estudantes de escolas públicas, 5% para portadores de deficiência e 5% para índios. Tel.: (21) 2587-7100/www.uerj.br

**Universidade do Estado da Bahia (UnEB)** – Oferece 40% das vagas para afro-brasileiros. Tel.: (71) 387-5000/www.uneb.br

**Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF-Campos)** – Reserva 20% das vagas para afro-brasileiros, 20% para estudantes de escolas públicas, 5% para portadores de deficiência e 5% para índios. Tel.: (22) 2726-1582/www.uenf.br

**Universidade Federal do Paraná (UFPR)** – Reserva 20% das vagas para afro-brasileiros e 20% para alunos egressos da rede pública no vestibular. A partir de 2005, estão previstas vagas para índios, que não passarão pelo vestibular. De início, serão reservadas cinco vagas por curso, mas este número poderá dobrar a partir de 2009. Tel.: (41) 360-5000/www.ufpr.br

### Bolsas de ensino

**Programa de Ação Afirmativa na Pós-Gradua-**

**ção da Fundação Ford** – São 42 bolsas no programa de pós-graduação da Fundação Ford, com prioridade para negros, índios, estudantes que tiveram poucas oportunidades econômicas e educacionais e quaisquer estudantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O programa é coordenado pela Fundação Carlos Chagas. Tel.: (11) 3722-4404/www.programabolsa.org.br

**Programa Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia** – O Instituto Rio Branco oferece 30 bolsas de ensino no valor de R\$ 2.500 mensais exclusivamente para afro-brasileiros graduados em qualquer curso de ensino superior ou que estejam cursando o último ano da faculdade. O benefício é destinado ao custeio de estudos preparatórios ao concurso de admissão à carreira de diplomata. Tel.: (61) 325-700/www.mre.gov.br

### Vagas em concursos públicos

**Para afro-brasileiros** – As legislações dos municípios de Porto Alegre, Bagé, Pelotas e Viamão, no Rio Grande do Sul, São Paulo e Jundiá, em São Paulo, e Resende, no Rio de Janeiro, reservam 12% das vagas oferecidas nos concursos públicos a afro-descendentes.

**Porto Alegre:** Tel.: (51) 3289-3600/  
www.portoalegre.rs.gov.br

**Bagé:** Tel.: (53) 240-5042/www.bage.rs.gov.br

**Pelotas:** e-mail: falacidadao@pelotas.com.br  
www.pelotas.rs.gov.br

**Viamão:** www.viamao.rs.gov.br

**São Paulo:** Tel.: (11) 0800 17-5717/  
www.prefeitura.sp.gov.br

**Jundiá:** Tel.: 0800 771-1157/  
www.jundiai.sp.gov.br

**Resende:** acompmr@resende.rj.gov.br/  
www.resende.rj.gov.br

**Portador de deficiência** – A Lei 8.112/90 determina a reserva de até 20% das vagas oferecidas em concurso público federal às pessoas portadoras de deficiência. Com base no art. 40 do Decreto 3.298/99, os candidatos podem requerer condições especiais para a realização das provas.

### Iniciativa privada

**Para afro-brasileiros** – Em São Paulo (SP), acordo firmado pelo Sindicato dos Comerciantes prevê 20% de negros no quadro de funcionários da Camisaria Colombo.

**Camisaria Colombo:** Tel.: (11) 3030-9818/  
www.camisariacolombo.com.br

**Para portador de deficiência** – A empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% das vagas com beneficiários reabilitados ou portadores de deficiência habilitados, conforme o Decreto 3.298/99. O percentual de vagas varia em função do número de empregados da empresa.

### Política

**Mulheres** – A legislação eleitoral determina que cada partido ou coligação deve reservar o mínimo de 30% das vagas para o registro de candidaturas de um dos sexos. A Lei 9.504/97 foi instituída para aumentar a participação das mulheres na política.